

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR n. 0058.3/2010

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, que instituiu a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,
Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os art. 3º, 10, 16, 29, 32, 37, 38, 44, 46, 52, 55, 66, 67, 69, 70, 73, 77, 81, 82, 83, 98, 105, 107, 115, 124 e 126 da Lei Complementar nº 202/2000 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Para o exercício de suas competências, o Tribunal de Contas poderá:

I – requisitar, por meio documental ou informatizado, às unidades gestoras sujeitas à sua jurisdição, balanços, balancetes, demonstrativos contábeis, informações e documentos necessários à instrução processual;

II – instituir sistema informatizado para remessa de dados e informações pelas unidades fiscalizadas;

III – acessar todas as fontes de informações disponíveis em órgãos e entidades da administração estadual e municipal, inclusive sistemas eletrônicos de processamento de dados;

IV – expedir resoluções, instruções normativas, decisões normativas e outros atos disciplinando a organização dos processos de controle externo e os prazos para remessa de processos, documentos e informações pelos fiscalizados;

V – disciplinar a tramitação interna de processos de controle externo;

VI – instituir sistema eletrônico de processos de controle externo, de comunicação de atos e transmissão de peças processuais, disciplinado em ato normativo do Tribunal.

§ 1º O Tribunal de Contas, no exercício de suas competências, poderá solicitar às unidades que lhes são

jurisdicionadas, de modo sistemático e periódico, por meio informatizado ou documental, a remessa de dados, informações e documentos pertinentes a matérias sujeitas à sua fiscalização, na forma e nos prazos estabelecidos em ato normativo próprio, em especial sobre:

- I – registros contábeis e execução orçamentária;
- II – editais de licitações, contratos, convênios e instrumentos congêneres;
- III – atos de pessoal, inclusive relativos a concursos públicos;
- IV – prestações de contas de recursos concedidos a terceiros para aplicação em finalidades previamente definidas;
- V – obras e serviços de engenharia;
- VI – gestão fiscal;
- VII – prestações de contas de gestão;
- VIII – Outros dados, informações e documentos considerados necessários ao exercício da fiscalização.

§ 2º Os agentes públicos respondem pela fidedignidade dos dados e informações fornecidas no âmbito das respectivas competências, ficando sujeitos às sanções legais em caso de fraude, simulação ou outra irregularidade.

§ 3º A unidade fiscalizada deve manter cópia de segurança de arquivos gerados em meio eletrônico, magnético ou digital contendo demonstrativos contábeis, financeiros, orçamentários, patrimoniais e demais dados indispensáveis à fiscalização do Tribunal.

“Art. 10. A autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá adotar medidas administrativas com vistas à identificação dos responsáveis, à quantificação do dano e ao ressarcimento do erário quando:

I – não forem prestadas contas da aplicação de recursos antecipados ou de transferência a entes públicos ou a entidades privadas, por qualquer meio e a qualquer título, inclusive subvenções, auxílios e contribuições;

II – as contas a que se refere o inciso I forem prestadas parcialmente ou evidenciarem utilização de recursos em finalidade diversa do fim a que se destinavam;

III – ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;

IV – ficar caracterizada prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, dos quais resulte prejuízo ao erário.

§ 1º Esgotadas todas as medidas ao alcance da autoridade administrativa e do controle interno sem o ressarcimento do erário, a autoridade competente deverá instaurar a tomada de contas especial.

§ 2º Não obtido o ressarcimento após conclusão da tomada de contas especial, a autoridade administrativa providenciará o seu imediato encaminhamento ao Tribunal para julgamento se o dano apurado for de valor igual ou superior à quantia para esse efeito fixada em cada ano civil, na forma estabelecida no Regimento Interno.

§ 3º Se o dano for de valor inferior à quantia referida no parágrafo anterior, a tomada de contas especial deverá ser encaminhada juntamente com a prestação de contas anual do administrador ou ordenador da despesa, para julgamento em conjunto ou em confronto, se for o caso.

§ 4º Não atendido o disposto neste artigo, o Tribunal, ao tomar conhecimento da irregularidade, determinará à autoridade administrativa a adoção de providências administrativas ou judiciais com vistas ao ressarcimento do erário ou a instauração de tomada de contas especial, fixando prazo para cumprimento dessa decisão, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 5º A autoridade administrativa poderá deixar de instaurar a tomada de contas especial quando o dano for igual ou inferior ao valor adotado pela fazenda pública do ente a que estiver vinculada, para dispensa do ajuizamento de ação para cobrança de dívida ativa, sem prejuízo de outras medidas para assegurar o ressarcimento do erário.

§ 6º Os procedimentos da tomada de contas especial serão disciplinados em ato normativo.” (NR)

“Art. 16. As decisões e despachos serão publicados no Diário Oficial Eletrônico.” (NR)

“Art. 29. Na fiscalização que lhe compete, o Tribunal de Contas poderá, na forma prevista no Regimento Interno:

I – fazer determinações ao titular da unidade fiscalizada para que adote providências visando à correção imediata de

irregularidades, inclusive em contratos, ou adotar medidas para prevenir a ocorrência de irregularidade semelhante;

II – fixar prazo para cumprimento das determinações;

III – aplicar as sanções previstas nesta Lei;

IV – sustar a execução do ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, exceto contrato;

V – comunicar ao Poder Legislativo as ilegalidades verificadas em contrato que ensejarem a sua sustação;

VI – decidir a respeito da sustação da execução de contrato, caso o Poder Legislativo ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não adotarem as medidas cabíveis;

VII – fazer recomendações ao titular da unidade gestora com vistas ao aprimoramento da gestão dos recursos públicos fiscalizados.

§ 1º No curso do processo de fiscalização será admitido termo de ajustamento de gestão para a correção de falhas, mediante fixação de prazo razoável para que o fiscalizado cumpra as exigências estabelecidas pelo Tribunal, na forma definida em ato normativo.

§ 2º Na fiscalização de contratos, convênios e outros instrumentos congêneres será adotado o critério da seletividade pela relevância, bem como o monitoramento da sua execução, com vistas à verificação da adequação entre pagamentos efetuados ou recursos transferidos e o cumprimento do respectivo objeto, na forma definida em ato normativo.” (NR)

“Art. 32. Configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade que resulte dano ao erário, o Tribunal:

I – determinará à autoridade administrativa a adoção de providências administrativas ou judiciais com vistas ao ressarcimento do erário ou a instauração de tomada de contas especial, aplicando-se o disposto no art. 10;

II – converterá, se for o caso, o procedimento de fiscalização em tomada de contas especial.” (NR)

“Art. 37. A comunicação dos atos do processo de controle externo e das decisões far-se-á:

I – no caso de citação, mediante a entrega no endereço do responsável ou interessado por intermédio de servidor, ou via postal por meio de carta registrada com aviso de recebimento;

II - no caso de diligência, mediante a entrega na unidade jurisdicionada, efetivada por ofício, meio eletrônico ou fac-símile, ou por outro meio, conforme definido em ato normativo;

III – no caso de notificação de acórdãos, decisões colegiadas e singulares, despachos e outras comunicações, pela publicação no Diário Oficial Eletrônico.

§ 1º A citação será considerada válida quando comprovada a entrega do documento no endereço cadastrado no Tribunal, na forma disciplinada em ato normativo.

§ 2º No caso do inciso I, quando o destinatário não for localizado, a citação será realizada por edital publicado no Diário Oficial Eletrônico.

§ 3º O Tribunal poderá utilizar outros meios para ampliar a comunicação dos atos, na forma disciplinada em ato normativo.

§ 4º Quando o responsável ou interessado constituir advogado nos autos, as comunicações dos atos processuais poderão ser feitas exclusivamente ao procurador.” (NR)

“Art. 38. A decisão definitiva será formalizada nos termos estabelecidos no Regimento Interno, cuja publicação no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal constituirá:”(NR)

“Art. 44. Os débitos imputados em decisão do Tribunal serão atualizados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, para títulos federais, acumulados mensalmente.

§ 1º A atualização de que trata o *caput* deste artigo será calculada desde a data do evento ou, se desconhecida, do conhecimento do fato, até o mês anterior a data do recolhimento.

§ 2º Ocorrendo atraso no recolhimento do débito ou da multa serão aplicados juros de mora de um por cento ao mês ou fração, acumulados mensalmente.” (NR)

“Art. 46. Os prazos previstos nesta Lei e no Regimento Interno começam a correr:

I – da entrega da citação e da diligência, efetivada na forma prevista no art. 37, I e II;

II – da publicação de edital no Diário Oficial Eletrônico, quando o responsável ou interessado não for localizado, no caso de citação;

III – da publicação do acórdão, da decisão colegiada ou singular e do despacho, quando exigida, no Diário Oficial Eletrônico, inclusive para fins de interposição de recursos e de pedido de revisão.

§ 1º Para fins de cumprimento de prazo considera-se:

I - a data do protocolo do documento no Tribunal, quando da entrega pessoal;

II – a data do recebimento do documento no Tribunal, quando enviado por via postal;

III – a data do recebimento, quando encaminhado por meio eletrônico.

§ 2º Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início, incluindo-se o do vencimento.

§ 3º O início e o vencimento dos prazos somente ocorrem em dias úteis.

§ 4º Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

§ 5º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente no Tribunal de Contas ou este for encerrado antes da hora normal.

§ 6º Salvo os casos previstos nesta Lei, no Regimento Interno ou motivo de força maior comprovado, os prazos processuais não se suspendem. “(NR)

“Art. 52. O Relator, além dos elementos contidos nas contas prestadas pelo Prefeito Municipal, havendo

irregularidade, determinará a citação do responsável, para que se manifeste no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar de seu recebimento, após o que, a Unidade técnica competente procederá à reanálise”.

“Art. 55. Do parecer prévio emitido sobre as contas prestadas pelo Prefeito, cabe Pedido de Reapreciação formulado por ele, no prazo de trinta dias contado da publicação do parecer prévio no Diário Oficial Eletrônico.

Parágrafo único. A Câmara de Vereadores, no prazo de sessenta dias a contar do recebimento do processo da prestação de contas, poderá solicitar esclarecimentos adicionais.” (NR)

“Art. 66. Os expedientes de agentes públicos denunciando irregularidades de que tenham conhecimento em virtude do exercício do cargo, emprego ou função serão recepcionados como representação, aplicando-se as normas sobre denúncia.

Parágrafo único. Os expedientes mencionados no *caput* consistentes em simples comunicação não serão autuados, na forma definida em ato normativo.” (NR)

“Art. 67. O Tribunal de Contas poderá aplicar aos administradores e demais responsáveis, no âmbito estadual e municipal, as seguintes sanções:

- I – multa;
- II – inabilitação para o exercício de cargo de provimento em comissão ou função de confiança;
- III – declaração de inidoneidade de licitante.”

“Art. 69. O Tribunal aplicará multa de até vinte mil reais aos responsáveis por contas julgadas irregulares de que não resulte débito, nos termos do parágrafo único do art. 21 desta Lei.”

“Art. 70. O Tribunal poderá aplicar multa de até vinte mil reais aos responsáveis por:

- I – ato de gestão ilegítimo;
- II – ato de gestão antieconômico do qual resulte dano ao erário;
- III – ato de gestão praticado com infração:

a) à norma ou princípio constitucional;

b) à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial;

c) à norma legal ou regulamentar que regule matéria sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas;

IV – não atendimento, no prazo fixado, à diligência ou à determinação do Tribunal, na forma regimental;

V – obstrução ao livre exercício das inspeções e auditorias;

VI – sonegação de processo, documento ou informação;

VII – descumprimento de determinação do Tribunal;

VIII - reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal;

IX - inobservância de prazos fixados nesta lei, na Lei de Responsabilidade Fiscal ou em normas regulamentares do Tribunal para remessa de relatório de gestão fiscal, relatório resumido de execução orçamentária, balanços, balancetes, demonstrativos contábeis, dados, informações e documentos, por meio informatizado ou documental;

X - omissão na cobrança administrativa ou judicial de títulos executivos decorrentes de deliberações do Tribunal;

XI – descumprimento do disposto no § 2º do art. 3º

§ 1º A multa fundamentada nos incisos IV a VIII pode ser aplicada sem a prévia citação dos responsáveis.

§ 2º O Regimento Interno disporá sobre a graduação da multa prevista no *caput* deste artigo.

§ 3º A multa recairá na pessoa física que deu causa à infração e será recolhida ao erário estadual.” (NR)

“Art. 73. No curso de qualquer apuração, o Tribunal, por meio de medida cautelar, com ou sem a prévia manifestação do fiscalizado, interessado ou do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, até nova decisão:

I – determinará à autoridade superior o afastamento temporário do responsável, se existir indícios de que prosseguindo no exercício de suas funções possa retardar ou

dificultar a realização de auditoria ou inspeção, causar novos danos ao erário ou inviabilizar o seu ressarcimento;

II – havendo fundada ameaça de grave lesão ao erário ou risco de ineficácia da decisão de mérito, determinará à autoridade competente:

- a) a sustação da execução de ato administrativo, bem como dos pagamentos dele decorrentes;
- b) a sustação de pagamentos de contratos;
- c) a sustação de procedimentos licitatórios.

§ 1º A autoridade competente que, no prazo fixado, deixar de atender à determinação prevista neste artigo será solidariamente responsável pelo dano ao erário que venha ocorrer em razão do não cumprimento da decisão, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nesta Lei.

§ 2º Em caso de comprovada urgência e por decisão motivada, a medida cautelar poderá ser adotada pelo Relator, submetendo-se a decisão monocrática à apreciação do Pleno ou Câmara, conforme o caso, na primeira sessão subsequente.

§ 3º A medida cautelar será disciplinada em ato normativo.

§ 4º O Tribunal poderá, ainda, solicitar à Procuradoria-Geral de Justiça as medidas judiciais necessárias à decretação da indisponibilidade de bens do responsável e o arresto dos bens suficientes para garantir o ressarcimento dos danos, visando à segurança do erário.

§ 5º As medidas previstas nos incisos I e II e no § 4º poderão ser requeridas pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.” (NR)

“Art. 77. Cabe Recurso de Reconsideração das deliberações do Tribunal de Contas proferidas no julgamento de prestação e tomada de contas, na fiscalização de atos e contratos e na apreciação de atos sujeitos a registro, com efeito suspensivo, interposto uma só vez por escrito, pelo responsável, interessado ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do prazo de trinta dias contados da publicação da decisão no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas.” (NR)

“Art. 81. O Tribunal, de ofício ou mediante provocação, poderá modificar a deliberação para retificar erro na

identificação do responsável ou da unidade fiscalizada ou erro de cálculo nas contas.”(NR)

“Art. 82. De decisão preliminar do Tribunal e das Câmaras e de decisão singular ou despacho do relator, cabe Agravo, sem efeito suspensivo, podendo ser interposto pelo responsável, interessado ou pelo Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal, no prazo de dez dias da publicação da decisão agravada. (NR)

Parágrafo único. O recurso previsto no *caput* deste artigo não se aplica à decisão e despacho que ordenar citação.”

“Art. 83. A deliberação definitiva de mérito em processo de prestação de contas, tomada de contas especial e atos sujeitos ao registro poderá ser revista, no prazo de dois anos contados do trânsito em julgado da decisão, em face de:

I – erro na identificação do responsável ou da unidade fiscalizada;

II – erro de cálculo nas contas;

III – nulidade processual;

IV – insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão que se pretende rever;

V – falsidade de documento ou superveniência de documentos, com inequívoca eficácia sobre a prova produzida;

VI – desconconsideração de documentos e alegações constantes dos autos, com inequívoca eficácia sobre a prova produzida;

VII – violação de literal disposição de lei.

§ 1º Tem legitimidade para propor a Revisão:

I – o responsável no processo, ou seus herdeiros;

II – o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas;

III – Conselheiro do Tribunal.

§ 2º A Revisão será acompanhada de exposição circunstanciada.

§ 3º A interposição de Revisão não suspende a execução do acórdão recorrido.

§ 4º Não cabe Revisão em face de parecer prévio emitido sobre as contas anuais do Estado e dos Municípios.” (NR)

“Art. 98. Os Auditores, em número de sete, nomeados pelo Governador do Estado, após aprovação em concurso público de provas e títulos, entre bacharéis em Direito, ou Economia, ou Administração ou em Contabilidade, possuidores de reputação ilibada e com idade superior a 35 (trinta e cinco) anos, terão, quando em substituição a Conselheiro, os mesmos vencimentos, garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de Juiz de Direito da última entrância.” (NR)

“Art. 105. Ao servidor público do quadro de pessoal do Tribunal é vedado:

a) prestar serviços de consultoria ou assessoria a órgãos ou entidades sujeitos à fiscalização do Tribunal e às entidades privadas que prestam serviços da mesma natureza às unidades fiscalizadas.

b) promover, ainda que indiretamente, perante o Tribunal de Contas, a defesa de administradores e responsáveis referidos no art. 7º desta Lei;

c) utilizar palavras ou expressões desrespeitosas ou manifestar juízo de valor em relação aos agentes públicos fiscalizados.” (NR)

“Art. 107. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, ao qual se aplicam os princípios institucionais da unidade, indivisibilidade e da independência funcional e administrativa, é exercido pela Procuradoria-Geral junto ao Tribunal de Contas e compõe-se de um Procurador-Geral, um Procurador-Geral Adjunto, um Procurador-Corregedor e dois procuradores, bacharéis em direito.

§1º.....

§2º

§3º Aos cargos de Procurador-Geral Adjunto e Procurador-Corregedor, providos por procuradores e nomeados pelo Procurador-Geral, são atribuídos vencimentos equivalentes a noventa e cinco por cento daqueles devidos ao Procurador-Geral”(NR)

“Art. 115. A declaração de bens prevista no art. 1º da Lei Federal nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, será entregue na unidade de pessoal de cada Poder, órgão ou entidade, que as manterá sob sua guarda para remessa ao Tribunal quando for requisitada.” (NR)

“Art. 124. O Tribunal manterá programa de capacitação e qualificação funcional objetivando aprimorar os conhecimentos na área da Administração Pública e Controle.

§ 1º O programa de capacitação e qualificação funcional visa oportunizar a participação de servidores, auditores e conselheiros em eventos, cursos de formação, aperfeiçoamento e pós-graduação, podendo ser executado diretamente pelo Tribunal, ou indiretamente, através de terceiros.

§ 2º As despesas decorrentes dos eventos mencionados no parágrafo anterior poderão ser custeadas pelo Tribunal na forma e condições estabelecidas em ato normativo.” (NR)

“Art. 126. As pautas e as atas das sessões serão publicadas”.

Art. 2º Altera a redação dos artigos 13, 14, 35, 49 e 57, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.13. O Relator presidirá a instrução do processo determinando, mediante despacho ou decisão singular, por sua ação própria e direta, ou por provocação do órgão de instrução ou do Ministério Público junto ao Tribunal, antes de pronunciar-se quanto ao mérito, a citação dos responsáveis e as demais medidas previstas no artigo seguinte, podendo ainda sugerir o sobrestamento do julgamento, após o que submeterá os autos ao Plenário ou à Câmara respectiva para decisão do mérito.

Parágrafo único. De qualquer decisão singular proferida pelo Relator, será notificado o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.”

“Art. 14. O Tribunal poderá requisitar ao dirigente do órgão de controle interno ou ao responsável pelas contas, o fornecimento de informações ou documentos, ou determinar a adoção de outras providências consideradas necessárias à instrução do processo, fixando prazo, na forma estabelecida no Regimento Interno, para o atendimento das diligências.”

“Art. 35. O Relator presidirá a instrução dos processos de que trata este capítulo, determinando, mediante despacho ou decisão singular, por sua ação própria e direta, ou por provocação do órgão de instrução ou do Ministério Público junto ao Tribunal, antes de se pronunciar quanto ao mérito, as diligências e demais providências necessárias ao saneamento dos autos, bem como a citação dos responsáveis, fixando prazo para atendimento, na forma estabelecida no Regimento Interno, após o quê submeterá o processo ao Plenário ou à Câmara respectiva para decisão de mérito.”

“Art. 49. O Tribunal, no prazo de dois dias, a contar da apreciação plenária da prestação de contas, remeterá à Assembleia Legislativa, para julgamento, o processo de prestação de contas respectivo, acompanhado do parecer prévio deliberado pelo Tribunal Pleno, do Relatório apresentado pelo Relator e das declarações de voto dos demais Conselheiros.”

“Art. 57. O Tribunal, no prazo previsto no Regimento Interno, remeterá à Câmara Municipal, para julgamento, o processo de prestação de contas respectivo acompanhado do parecer prévio deliberado pelo Plenário, do relatório técnico, do voto do Relator e das declarações de voto dos demais Conselheiros.”

Art. 3º Altera a redação do inciso II do art. 43 e acrescenta parágrafo único ao referido dispositivo, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.43.....

I -.....

II – encaminhar as peças processuais aos órgãos responsáveis pela cobrança judicial no âmbito do Estado e dos municípios.

Parágrafo único. Os órgãos responsáveis pela cobrança judicial no âmbito do Estado e dos Municípios remeterão ao Tribunal, até o dia 31 de março do exercício subsequente,

relatório anual sobre as providências administrativas ou judiciais adotadas para a cobrança dos créditos decorrentes dos acórdãos do Tribunal Pleno.” (NR)

Art. 4º Dá nova redação aos §§ 1º e 5º e acrescenta § 6º ao art. 65 da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, passando os dispositivos a vigorarem com a seguinte redação:

“Art.65.....

§ 1º Somente será autuada a denúncia que versar sobre matéria de competência do Tribunal, referir-se a administrador ou responsável sujeito a sua jurisdição, ser redigida em linguagem clara e objetiva, estar acompanhada de indício de prova, conter o nome legível, a qualificação, a assinatura e o endereço do denunciante.

§ 2º.....

§ 3º.....

§ 4º.....

§ 5º Configurado dano ao erário, o Tribunal encaminhará cópia da documentação pertinente ao Ministério Público, quando houver proposta nesse sentido apresentada pelo Relator, Conselheiro ou pelo Ministério Público.

§ 6º Ato normativo disciplinará o recebimento de denúncias, o seu processamento, a apuração dos fatos, a tramitação dos respectivos processos, bem como as providências em relação àquelas que não observem os requisitos e formalidades previstos no § 1º.” (NR)

Art. 5º A seção II do capítulo VIII do Título II passa a denominar-se “Outras Sanções”.

Art. 6º Altera a redação dos parágrafos único dos artigos 13, 35 e 85 e dos parágrafos §§ 1º e 2º e acrescenta §§ 3º, 4º, 5º, 6º e 7º ao art. 76, e § 2º do art. 78, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13.....

Parágrafo único. Citação é o ato pelo qual o responsável ou interessado é chamado ao Tribunal para apresentar defesa, por escrito, quanto a atos ilegítimos passíveis de imputação de

débito ou de cominação de multa, verificados em processo de prestação ou tomada de contas.”

“Art. 35.....

Parágrafo único. Citação é o ato pelo qual o Tribunal dá oportunidade ao responsável ou ao interessado em processo de fiscalização de atos e contratos e na apreciação de atos sujeitos a registro, para justificar, por escrito, ilegalidade ou irregularidade quanto à legitimidade ou economicidade, passíveis de imputação de débito ou aplicação de multa.”

“Art. 85.....

Parágrafo único. Atua no Tribunal de Contas o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, na forma estabelecida nos arts. 107 a 111 desta Lei.”

“Art.76.....

§ 1º Os prazos para interposição de recursos são improrrogáveis.

§ 2º O recorrente deve expor os fundamentos do pedido nas razões recursais, juntando os documentos que julgar indispensáveis à comprovação das suas alegações.

§ 3º Havendo mais de um responsável pelo mesmo fato, o recurso apresentado por um deles aproveitará a todos no que concerne às circunstâncias objetivas, não aproveitando no tocante aos fundamentos de natureza exclusivamente pessoal.

§ 4º Ao decidir o recurso, o Tribunal poderá modificar total ou parcialmente, confirmar ou anular a decisão recorrida.

§ 5º De recurso não poderá resultar agravamento da multa imputada ao responsável, exceto quando interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

§ 6º O responsável será citado para apresentar defesa quando a decisão em recurso implicar em agravamento da multa ou do débito.

§ 7º Os recursos previstos neste artigo não se aplicam às deliberações do Tribunal sobre prestação de contas anual do Estado e dos Municípios, consistentes em parecer prévio.” (NR)

“Art.78.....

§ 1º.....

§ 2º Os Embargos de Declaração suspendem os prazos para cumprimento da decisão embargada e para interposição dos recursos previstos no art. 76, incisos I e IV, desta Lei.”

Art. 7º Acrescenta alínea “d” e “e” ao inciso II do art. 85, com a seguinte redação:

“Art.85.....

d) a Ouvidoria;

e) o Instituto de Contas.”

Art. 8º Altera a alínea “a” do § 1º do art. 36, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 36.....

§ 1º.....

a) antes de se pronunciar quanto ao mérito em processos de fiscalização de atos e contratos e de apreciação de atos sujeitos a registro, resolve sobrestar o feito, ordenar a citação dos responsáveis ou determinar outras diligências necessárias ao saneamento do processo; e”

Art. 9º Os parágrafos únicos dos arts. 91 e 125 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.91.....

Parágrafo único. O Vice-Presidente, nas suas ausências ou impedimentos, será substituído pelo Corregedor-Geral.”

“Art.125.....

Parágrafo único. A representação mensal pelo exercício do cargo ou de funções de coordenação, supervisão ou direção dos órgãos previstos no art. 85, incisos I, alínea b, II, alíneas b a e,

e III, alínea a, será de setenta e cinco por cento da percebida pelo Presidente”.

Art. 10. Acrescenta parágrafo único ao art. 130, com a seguinte redação:

“Art.130.....

Parágrafo único. As disposições que criem novas sanções ou cominem penalidades mais severas serão aplicadas aos atos praticados a partir da publicação desta Lei.” (NR)

Art. 11. Acrescenta os arts. 71-A, 71-B, 71-C, 72-A, 92-A, com a seguinte redação:

“Art. 71-A. Prescreve em cinco anos, contados da data da prática do ato, ou no caso de infração permanente, do dia que tiver cessado, ou não tendo cessado, do dia do início da apuração do fato, a ação punitiva no exercício da competência prevista no art. 1º desta Lei.

§ 1º A ação punitiva passível de prescrição a que se refere este artigo abrange apenas as sanções previstas nos arts. 68, 69 e 70 desta Lei.

§ 2º Considera-se infração permanente aquela cuja consumação se prolonga no tempo.”

“Art. 71-B. Interrompe-se a prescrição:

I – pela citação do responsável, inclusive por edital, nos processos de prestação de contas e tomada de contas especial e nos procedimentos de fiscalização;

II – pela decisão que determinar a apuração dos fatos, no caso de denúncia e representação;

III – pela interposição de recurso com efeito suspensivo.

Parágrafo único. Pela interrupção da prescrição, desconsidera-se o prazo prescricional já transcorrido, reiniciando a sua contagem.”

“Art. 71-C. Suspende-se a prescrição pela deliberação do Tribunal que determinar o arquivamento do processo de contas consideradas iliquidáveis, nos termos do art. 23 desta Lei.”

“Art. 72-A. Comprovada a ocorrência de fraude à licitação, o Tribunal declarará a inidoneidade do licitante fraudador, que ficará impedido de participar, por até cinco anos, de licitação nos órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal sujeitos a sua fiscalização.”

“Art. 92-A. Compete ao Conselheiro Ouvidor, dentre outras atribuições estabelecidas no Regimento Interno:

I – supervisionar as atividades de Ouvidoria;

II – encaminhar à Corregedoria-Geral as solicitações e notícias sobre a atuação dos Conselheiros, dos Auditores e dos órgãos auxiliares;

III – exercer outras atribuições previstas no Regimento Interno.

Parágrafo único. A atividade de ouvidoria compreende o recebimento de notícias de irregularidades, denúncias, reclamações, sugestões, críticas e informações sobre atos de agentes públicos sujeitos à fiscalização do Tribunal de Contas ou de serviços por ele prestados.”;

Art. 12. Ficam revogados os arts. 4º, 56, 74, 79, 80, o inciso III do art. 76, o parágrafo único do art. 81 e o inciso II do art. 91 e demais disposições em contrário.

Art. 13. A Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000 será republicada, na íntegra, com as alterações decorrentes desta Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.